

Referência:	01 Corporativas	Código:	01-08-29/1
Grupo:	08 Taquari Asset	Dt. Publicação:	12/02/2019
Capítulo:	29 Política de Voto	Dt. Última Revisão:	12/02/2019
Tipo:	1 Normativo Interno	Versão:	1

Índice

1. Definição.....	2
2. Público alvo	2
3. Objeto	2
4. Princípios Gerais	2
5. Exercício da Política de Voto	2
6. Situações de Potencial Conflito de Interesse	4
7. Processo Decisório de Voto	4
8. Comunicação do Voto aos Cotistas.....	4
9. Responsabilidades	4
10. Áreas validadoras	4

Referência:	01 Corporativas	Código:	01-08-29/1
Grupo:	08 Taquari Asset	Dt. Publicação:	12/02/2019
Capítulo:	29 Política de Voto	Dt. Última Revisão:	12/02/2019
Tipo:	1 Normativo Interno	Versão:	1

1. Definição

Política de exercício de direito de voto em assembleias gerais de companhias emissoras de valores imobiliários e fundos de investimento cujas cotas integrem as carteiras de fundos de investimento administrados ou geridos pela taquari administradora de carteira de valores mobiliários Ltda.

2. Público alvo

- Taquari Asset

3. Objeto

A presente política tem por objeto, nos termos do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para a Administração de Recursos de Terceiros, estabelecer os requisitos e princípios que nortearão a Taquari Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda. (GESTORA) no exercício do direito de voto em Assembleias Gerais (ASSEMBLEIA ou ASSEMBLEIAS) de companhias emissoras de valores mobiliários ou de Fundos de Investimento cujas cotas integrem a carteira de Fundos de Investimento por ela administrados e/ou geridos (FUNDO ou FUNDOS).

A presente política de Voto não se aplica aos casos de:

- FUNDOS exclusivos ou restritos, desde que aprovada, em assembleia, a inclusão de cláusula no Regulamento destacando que a GESTORA não adota a Política de Voto para o FUNDO;
- Ativos financeiros de emissor com sede social fora do Brasil; e
- Certificados de depósito de valores mobiliários (Brazilian Depositary Receipts – BDR's).

4. Princípios Gerais

O direito de voto é parte integrante do mandato de gestão e, como tal, deve ser sempre exercido pela GESTORA, em benefício dos interesses dos cotistas dos FUNDOS, empregando, na defesa dos direitos dos cotistas, o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo dispensa à administração de seus próprios negócios.

Neste sentido, ao votar em ASSEMBLEIAS representando os FUNDOS, a GESTORA buscará votar favoravelmente às deliberações que, a seu ver, propiciem a valorização dos ativos que integrem as carteiras dos FUNDOS.

5. Exercício da Política de Voto

As matérias descritas abaixo são consideradas relevantes e requerem manifestação obrigatória da GESTORA, per si ou pela Instituição Administradora do FUNDO, conforme o caso.

Em relação as ações, seus direitos e desdobramentos:

- Eleição de representantes de sócios minoritários no Conselho de Administração, se aplicável;

Referência:	01 Corporativas	Código:	01-08-29/1
Grupo:	08 Taquari Asset	Dt. Publicação:	12/02/2019
Capítulo:	29 Política de Voto	Dt. Última Revisão:	12/02/2019
Tipo:	1 Normativo Interno	Versão:	1

- Aprovação de planos de opções para remuneração de administradores da companhia, se incluir opções de compra “dentro do preço” (preço de exercício da opção é inferior ao da ação subjacente, considerando a data de convocação da assembleia);
- Aquisição, fusão, incorporação, cisão, alterações de controle, reorganizações societárias, alterações ou conversões de ações e demais mudanças de estatuto social, que possam, no entendimento da GESTORA, gerar impacto relevante no valor do ativo detido pelo FUNDO; e
- Demais matérias que impliquem tratamento diferenciado.

Em relação a ativos de renda fixa ou mista:

- Alterações de prazo ou condições de prazo de pagamento, garantias, vencimento antecipado, resgate antecipado, recompra e/ou remuneração originalmente acordadas para a operação;

Em relação a cotas de Fundos de Investimento:

- Alteração na política de investimento que modifique a classificação dos fundos de investimento nos termos das normas da CVM e da ANBIMA;
- Substituição do administrador ou gestor, desde que não entre integrantes do seu conglomerado ou grupo financeiro;
- Aumento de taxa de administração ou criação de taxas de entrada e/ou saída;
- Alterações nas condições de resgate que resultem em aumento do prazo de saída;
- Fusão, incorporação ou cisão, que propicie alteração das condições descritas acima;
- Liquidação do Fundo de Investimento; e
- Assembleia Geral Extraordinária de cotistas em casos excepcionais de iliquidez dos ativos componentes da carteira do Fundo de Investimento, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar alteração do tratamento tributário do Fundo de Investimentos ou do conjunto dos cotistas, em prejuízo destes últimos, para deliberar sobre as seguintes possibilidades: (i) substituição do administrador, do gestor ou de ambos; (ii) reabertura ou manutenção do fechamento do Fundo para resgate; (iii) possibilidade do pagamento de resgate em títulos e valores mobiliários; (iv) cisão do Fundo; e (v) liquidação do Fundo.

A despeito de tratar-se de matéria considerada relevante e que requeira manifestação obrigatória da GESTORA, o exercício da presente política ficará excepcionalmente a exclusivo critério da GESTORA se:

- A Assembleia ocorrer em qualquer cidade que não seja capital de Estado e não seja possível voto à distância;
- O custo relacionado com o exercício do voto não for compatível com a participação do ativo financeiro no FUNDO;
- A participação total dos FUNDOS, sujeitos à presente política, na fração votante na matéria, for inferior a 5% (cinco por cento) e nenhum FUNDO possuir mais que 10% (dez por cento) de seu patrimônio no ativo em questão;
- Houver situação de potencial conflito de interesse, observadas as disposições do item 4 desta política; e

Referência:	01 Corporativas	Código:	01-08-29/1
Grupo:	08 Taquari Asset	Dt. Publicação:	12/02/2019
Capítulo:	29 Política de Voto	Dt. Última Revisão:	12/02/2019
Tipo:	1 Normativo Interno	Versão:	1

- As informações disponibilizadas pela companhia ou pelo Fundo de Investimento investido não forem suficientes, mesmo após solicitação de informações adicionais e esclarecimentos, para a tomada de decisão.

Sem prejuízo do exercício de direito de voto em relação às matérias relevantes e de manifestação obrigatória, a GESTORA poderá comparecer às ASSEMBLEIAS das companhias emissoras dos títulos e valores mobiliários que compõe a carteira dos FUNDOS e exercer o direito de voto em relação a outras matérias que, a seu critério, sejam de interesse dos FUNDOS e de seus cotistas.

6. Situações de Potencial Conflito de Interesse

A GESTORA exercerá o direito de voto, nos termos dispostos nesta Política de Voto, pautada sempre nos princípios de transparência, ética e lealdade, respeitando a segregação de atividades imposta pela legislação vigente. Entretanto, situações de conflito de interesses, assim consideradas aquelas que poderão de alguma forma influenciar na tomada de decisão da Gestora quanto ao voto a ser proferido, poderão ocorrer, hipótese em que serão adotados os seguintes procedimentos:

- Caso caracterizado o conflito de interesse, a GESTORA adotará procedimentos internos para a solução do conflito em tempo hábil para sua participação na Assembleia Geral; ou
- Não sendo possível a adoção de procedimentos em tempo hábil, a GESTORA deixará de exercer o direito de voto nas Assembleias Gerais das companhias ou dos fundos de investimento emissores dos ativos componentes da carteira dos Fundos, mantendo sua justificativa à disposição de qualquer cotista que a solicitar.

A GESTORA poderá exercer o direito de voto em situação de potencial conflito de interesse, desde que dê conhecimento aos cotistas do(s) Fundo(s) do teor do voto a ser proferido com antecedência mínima de 1 (um) dia útil da data da Assembleia Geral.

7. Processo Decisório de Voto

Ao tomar conhecimento da convocação da ASSEMBLEIA e da ordem do dia, o Diretor de Administração de Recursos de Terceiros da GESTORA, tendo em vista os interesses do FUNDO, de seus cotistas e em consonância com a presente política, tomará, se aplicável, a decisão quanto ao voto a ser exercido, o seu efetivo exercício e o registro e formalização em nome do FUNDO.

8. Comunicação do Voto aos Cotistas

A GESTORA disponibilizará aos cotistas dos FUNDOS o teor do(s) voto(s) proferido(s) em ASSEMBLEIAS por meio do sítio eletrônico www.taquariasset.com.br.

9. Responsabilidades

- Taquari Asset

10. Áreas validadoras

- Superintendência Executiva Jurídico e Compliance